
ANEXO V

POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO

Consulta Pública SETOP
Concorrência ____/2013

1. ASPECTOS GERAIS

1.1. As condições de remuneração da CONCESSIONÁRIA e de pagamento do APORTE PÚBLICO são as constantes deste Anexo V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.

1.2. Constituem remuneração da CONCESSIONÁRIA:

- (i) RECEITA TARIFÁRIA;
- (ii) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, formada pelos APORTES DE CAPITAL e pelas CONTRAPRESTAÇÕES ADICIONAIS À TARIFA.
- (iii) RECEITAS ACESSÓRIAS.

2. RECEITA TARIFÁRIA: DAS TARIFAS DE PEDÁGIO

2.1. Complementarmente às definições constantes do EDITAL e CONTRATO, os termos deste Anexo V – POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMO DE PAGAMENTO, valer-se-ão dos seguintes conceitos:

2.1.1. TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO ou TARIFA BÁSICA: significa o valor de pedágio correspondente ao VEÍCULO de dois eixos de rodagem simples, à exceção de motocicleta, que será utilizado para o cálculo aritmético das TARIFAS EQUIVALENTES às outras categorias de VEÍCULOS, devidas pelos USUÁRIOS pela utilização do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme os critério apresentados neste Anexo.

2.1.2. TARIFA EQUIVALENTE DE PEDÁGIO ou TARIFA EQUIVALENTE: significa o valor da TARIFA DE PEDÁGIO que garante a equivalência de VEÍCULOS, quanto à categoria.

2.1.3. TARIFA MÍNIMA DE PEDÁGIO ou TARIFA MÍNIMA: significa o valor mínimo a ser pago pelos USUÁRIOS pela utilização do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, correspondente ao percurso de até 10 (dez) quilômetros.

2.1.4. TARIFA MÁXIMA DE PEDÁGIO ou TARIFA MÁXIMA: significa o valor máximo a ser pago pelos USUÁRIOS pela utilização do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, correspondente ao percurso a partir de 35 (trinta e cinco) quilômetros.

2.1.5. TARIFA PROPORCIONAL DE PEDÁGIO ou TARIFA PROPORCIONAL: significa o valor proporcional a ser pago pelos USUÁRIOS pela utilização do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, para percursos entre 10 (dez) e 35 (trinta e cinco) quilômetros.

2.2. AS TARIFAS DE PEDÁGIO serão arrecadadas diretamente dos USUÁRIOS ou por meio de sistema de cobrança de pedágio eletrônico, apresentado no Anexo III – Plano de Exploração da Rodovia.

2.3. A cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO pela CONCESSIONÁRIA ocorrerá a partir do início da OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, ainda que parcial.

2.4. As TARIFAS DE PEDÁGIO variarão em função de:

- a. Categoria do VEÍCULO;
- b. Trecho percorrido pelo VEÍCULO.

2.5. Relativamente à diferenciação pela categoria do VEÍCULO, determina-se a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO como sendo aquela correspondente ao VEÍCULO de dois eixos de rodagem simples. A equivalência de outros veículos, para fins de cobrança de pedágio, é estabelecida na tabela a seguir:

CATEGORIA	TIPOS DE VEÍCULOS	Nº DE EIXOS	RODAGEM¹	MULTIPLICADOR DA TARIFA
1	Automóvel, caminhoneta, furgão	2	simples	1,0
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	2,0
3	Automóvel com semi-reboque	3	simples	1,5
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	3
5	Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	2
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	4
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	5
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	6
9	Motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5
---	Veículos especiais ²	---	---	---

¹ A rodagem traseira de pneus do tipo “single” ou “supersingle” é equivalente à dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida;

² Para os veículos com mais de 6 (seis) eixos e os denominados “veículos especiais”, que transportam cargas super pesadas e indivisíveis, a Concessionária cobrará TARIFA DE PEDÁGIO equivalente à categoria 8 (oito), acrescida do valor da tarifa dos veículos da categoria 1 (um), multiplicada pelo número de eixos que excederem a 6 (seis).

2.6. Relativamente à diferenciação pelo trecho percorrido, as TARIFAS DE PEDÁGIO comportar-se-ão da seguinte forma:

2.6.1. A TARIFA MÍNIMA DE PEDÁGIO é o valor mínimo, pago pelo USUÁRIO para trafegar no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, correspondente ao percurso de até 10 (dez) quilômetros, cujo valor, correspondente à TARIFA BÁSICA, na data-base de maio de 2013 é de R\$3,00 (três reais).

2.6.2. A TARIFA MÁXIMA DE PEDÁGIO é o valor máximo, correspondente à TARIFA BÁSICA, pago pelo USUÁRIO para trafegar no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, correspondente ao percurso a partir de 35 (trinta e cinco) quilômetros, cujo valor, correspondente à TARIFA BÁSICA, na data base de maio de 2013 é de R\$7,00 (sete reais).

2.6.3. Aos USUÁRIO que percorrerem entre 10 (dez) e 35 (trinta e cinco) quilômetros será cobrada a TARIFA DE PEDÁGIO, proporcional ao trecho percorrido, sendo o preço por quilômetro definido pela diferença entre os valores da TARIFA MÁXIMA DE PEDÁGIO e da TARIFA MÍNIMA DE PEDÁGIO, dividido pelo trecho de 25 (vinte e cinco) quilômetros, apresentada na seguinte fórmula:

$$TARIFA DE PEDÁGIO = TARIFA MÍNIMA + \frac{(TARIFA MÁXIMA - TARIFA MÍNIMA)}{25} * km percorridos$$

2.7. Terão direito ao pagamento das TARIFAS DE PEDÁGIO MÍNIMA ou proporcional, os USUÁRIOS que possuírem etiquetas eletrônicas (*tags*) válidas no momento de entrada no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, de modo que seja possível o registro da extensão do trecho percorrido para cálculo do pedágio eletrônico.

2.7.1. Aos USUÁRIOS que não possuírem etiquetas eletrônicas (*tags*) válidas no momento de entrada no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, será cobrado o valor da TARIFA MÁXIMA DE PEDÁGIO, uma vez que não será possível o cálculo da extensão percorrida.

2.8. Pedágio Eletrônico e Etiquetas Eletrônicas (*tags*)

2.8.1. A CONCESSIONÁRIA poderá administrar o sistema de pedágio eletrônico diretamente ou contratar, delegar ou transferir a terceiros mediante as seguintes condições:

2.8.1.1. A distribuição das etiquetas eletrônicas deverá ser gratuita aos USUÁRIOS.

2.8.1.2. O sistema de pedágio eletrônico poderá ser pré ou pós-pago.

2.8.1.2.1. Se pré-pago, poderá ser imputado ao USUÁRIO o valor de recarga de, no máximo, uma TARIFA MÍNIMA DE PEDÁGIO.

2.8.1.2.2. Se pós-pago, poderá ser imputado ao USUÁRIO o valor mensal de, no máximo, uma TARIFA MÍNIMA DE PEDÁGIO, sendo válida a cobrança apenas nos meses em que o SERVIÇO for utilizado.

2.8.2. É dever da CONCESSIONÁRIA, podendo ser transferido nas mesmas condições do item 2.8.1, manter ampla e irrestrita divulgação aos USUÁRIOS acerca da opção de cobrança por meio de pedágio eletrônico.

2.8.2.1. Especialmente nos acessos ao CONTORNO METROPOLITANO NORTE, deverá haver comunicação sobre o valor e a forma de cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO.

2.8.3. A CONCESSIONÁRIA manterá disponível, obrigatoriamente, a adesão ao sistema de pedágio eletrônico nos postos de atendimento ao USUÁRIO ao longo da rodovia, nas praças de pedágio e pela internet, sendo facultadas outras estratégias de comercialização e distribuição das etiquetas eletrônicas.

2.9. Nos termos do CONTRATO, os seguintes veículos terão trânsito livre no sistema rodoviário do CONTORNO METROPOLITANO NORTE e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio:

- (i) de propriedade do PODER CONCEDENTE e da Polícia Rodoviária;
- (ii) de propriedade das forças policiais, quando em serviço;
- (iii) de atendimento público de emergência, tais como do Corpo de Bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- (iv) das forças militares, quando em instrução ou manobra;
- (v) oficiais, desde que credenciados em conjunto, pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA.

2.9.1. Será vedado ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto se no cumprimento de lei, desde que especifique as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA.

2.9.2. A CONCESSIONÁRIA, a seu exclusivo critério e por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, sem que isso, todavia, possa gerar qualquer direito à compensação dos valores das tarifas.

2.10. Reajuste. O valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO será reajustado anualmente, em razão da variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, sem prejuízo de eventual redução desta periodicidade pelo PODER CONCEDENTE, conforme disposto no caput, no § 5º do art. 28 e no § 1º do art. 70 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

2.10.1. O primeiro reajuste contratual dar-se-á na data do início da cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO, e os reajustes posteriores dar-se-ão ao final de cada período de 12 (doze) meses, contado da data do início da cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO.

2.10.2. As TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO, MÍNIMA e MÁXIMA, serão reajustadas de acordo com as fórmulas a seguir:

$$T = TMin * \frac{IPCA}{IPCA_0} \quad e \quad T = TMax * \frac{IPCA}{IPCA_0}$$

Na qual:

T é a TARIFA DE PEDÁGIO reajustada;

TMin é a TARIFA MÍNIMA DE PEDÁGIO na data base de maio de 2013, correspondente à TARIFA BÁSICA.

TMax é a TARIFA MÁXIMA DE PEDÁGIO na data base de maio de 2013, correspondente à TARIFA BÁSICA.

IPCA₀ é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no segundo mês anterior à ao mês da data-base maio de 2013;

IPCA é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no segundo mês anterior ao reajuste;

2.10.2.1. O reajuste das TARIFAS EQUIVALENTES e PROPORCIONAIS serão calculados a partir do reajuste das TARIFAS BÁSICAS, MÍNIMA e MÁXIMA.

3. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

3.1. Adicionalmente à RECEITA TARIFÁRIA, a CONCESSIONARIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA mensal, composta por:

- a) APORTE PÚBLICO; e
- b) CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

3.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA é o pagamento público devido à CONCESSIONÁRIA e será calculado, mensalmente, a partir da fórmula abaixo:

$$CP = AP + CAT + RD$$

Na qual:

CP é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA mensal devida;

AP é o APORTE PÚBLICO devido no mês. Esse valor será variável de acordo com a conclusão dos marcos de APORTE;

CAT é a CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA. Esse valor variará em função da NOTA DO QID;

RD é o valor decorrente do compartilhamento do risco de demanda no ano, se necessário.

4. CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

4.1. A CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA somente será devida a partir do mês subsequente ao primeiro mês de calendário completo do início da OPERAÇÃO total do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

4.2. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA será o montante proposto pela CONCESSIONÁRIA na PROPOSTA ECONÔMICA, objeto do julgamento da LICITAÇÃO.

4.2.1. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a ser pago a cada mês poderá ser inferior ao valor constante da PROPOSTA ECONÔMICA em razão do não cumprimento dos indicadores do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme resultar da aferição feita pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do CONTRATO.

4.2.2. O valor efetivamente pago da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA está condicionado à NOTA DO QID e será calculada da seguinte forma:

$$CAT = QID \times CAT_{PR}$$

Na qual:

CAT: CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a ser paga pela SETOP;

QID: NOTA DO QID aferida pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE; e

CAT_P: CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL A TARIFA apresentada na PROPOSTA ECONÔMICA, reajustada.

4.3. Reajuste. O reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA se dará anualmente em função da variação do IPCA, da seguinte forma:

$$CAT_{PR} = CAT_P * \frac{IPCA}{IPCA_0}$$

Na qual:

CAT_{PR} CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA reajustada.

CAT_P CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA fixa na data base, que corresponde ao valor apresentado na PROPOSTA ECONÔMICA.

$IPCA$ é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no segundo mês anterior ao reajuste.

$IPCA_0$ é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no segundo mês anterior à data base.

5. APORTE PÚBLICO

5.1. O APORTE PÚBLICO é o aporte de recursos públicos, a ser realizado pelo PODER CONCEDENTE, em favor da CONCESSIONÁRIA para a construção e aquisição de bens reversíveis.

5.2. O APORTE PÚBLICO será no valor total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na data base de maio de 2013, e será devido no período das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, pago pari passu com sua evolução física, conforme estabelecido abaixo.

5.3. A definição e caracterização das entregas parciais do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, do correspondente ao valor das parcelas do APORTE PÚBLICO, serão os seguintes:

ENTREGA	VALOR DO APORTE
a. Projeto de engenharia executivo concluído, podendo a CONCESSIONÁRIA optar pela apresentação seccionada do projeto desde que não prejudique análise do mesmo;	R\$20 milhões
b. Área de terraplenagem e compactação do solo, em quilômetros lineares, podendo a CONCESSIONÁRIA optar pela entrega seccionada com seções de no mínimo 1(um) quilômetro;	R\$370 milhões
c. Quilômetros de pavimentação, podendo a CONCESSIONÁRIA optar entregas seccionadas com seções de no mínimo 1 (um) quilômetro.	R\$370 milhões

5.4. A definição dos valores para as entregas divididas proporcionalmente quantas forem as seções de cada entrega.

5.5. Para o aceite das entregas de cada trecho pelo PODER CONCEDENTE a CONCESSIONÁRIA fará convocação de vistoria em campo.

5.5.1. O PODER CONCEDENTE deverá atender à convocação da vistoria em até 30 (trinta) dias.

5.5.2. O não atendimento do PODER CONCEDENTE à convocação de vistoria implica no aceite tácito da entrega parcial.

5.5.3. Caso o PODER CONCEDENTE encontre inconformidades na obra, conforme o projeto aprovado, poderá ser dada a recusa no recebimento da obra, acompanhada de parecer técnico identificando os pontos de inconformidade.

5.5.4. O PODER CONCEDENTE ficará no aguardo de nova convocação para vistoria em campo para que se proceda o aceite da entrega parcial recusada.

5.5.5. As parcelas de pagamento do APORTE PÚBLICO só poderão ser pagas mediante entrega parcial que não contenha nenhum elemento recusado, por parte do PODER CONCEDENTE.

5.6. O reajuste das parcelas do APORTE PÚBLICO se dará anualmente em função da variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AP_R = AP * \frac{INCC}{INCC_0}$$

Na qual:

AP_R é a parcela do APORTE PÚBLICO reajustada;

AP é a parcela do APORTE PÚBLICO na data base;

$INCC$ é o Índice Nacional da Construção Civil no segundo mês anterior ao reajuste.

$INCC_0$ é o Índice Nacional da Construção Civil no segundo mês anterior à data base.

6. RECEITAS ACESSÓRIAS

6.1. Não havendo o comprometimento da OPERAÇÃO, manutenção, conservação e da segurança dos USUÁRIOS e cumprimento das demais obrigações contratuais, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar empreendimentos para fins de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.

6.2. RECEITAS FINANCEIRAS não são consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS para fins do cálculo de compartilhamento descrito neste Anexo;

6.3. As RECEITAS ACESSÓRIAS serão partilhadas entre a CONCESSIONÁRIA, que terá direito a 60% (sessenta por cento), e o PODER CONCEDENTE, que terá direito a 40% (quarenta por cento).

6.3.1. O cálculo da partilha será feito considerando-se o valor total das receitas líquidas dos contratos realizados com terceiros, inclusive valores pagos em adiantamentos de aluguéis.

6.4. O VERIFICADOR INDEPENDENTE auditará os contratos firmados para exploração RECEITAS ACESSÓRIAS firmados pela CONCESSIONÁRIA para auferição e determinação dos valores compartilhados.

6.5. O acerto decorrente do compartilhamento das RECEITAS ACESSÓRIAS ocorrerá ao final de cada ano a partir do início do CONTRATO.

6.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá destinar o saldo anual do compartilhamento das RECEITAS ACESSÓRIAS devido ao PODER CONCEDENTE à CONTA VINCULADA.

7. COMPARTILHAMENTO DA RECEITA TARIFÁRIA

7.1. Haverá compartilhamento do risco de variação de demanda entre CONCESSIONÁRIA e PODER CONCEDENTE por meio de mecanismo de compartilhamento da RECEITA TARIFÁRIA, apresentado neste Anexo.

7.2. Anualmente, a CONCESSIONÁRIA encaminhará ao PODER CONCEDENTE relatório que demonstre a aferição da VARIAÇÃO DAS RECEITAS TARIFÁRIAS em relação à RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO para a CONCESSÃO PATROCINADA, constante do Anexo VI – ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA, a partir do primeiro ano completo de OPERAÇÃO total do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

7.3. Considerar-se-á a ocorrência de VARIAÇÃO POSITIVA DE RECEITA TARIFÁRIA nos casos em que a RECEITA TARIFÁRIA real ultrapassar em 5% (cinco por cento) à RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO para a CONCESSÃO PATROCINADA, constante do Anexo VI – ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA.

7.3.1. Se a variação for a maior, a parcela de RECEITA TARIFÁRIA que exceder as estimativas será destinada, pela CONCESSIONÁRIA, à CONTA VINCULADA, para que seja posteriormente aplicada na CONCESSÃO PATROCINADA, nos termos do CONTRATO e do CONTRATO DE CONTA VINCULADA.

7.4. Considerar-se-á a ocorrência de VARIAÇÃO NEGATIVA DE RECEITA TARIFÁRIA nos casos em que a RECEITA TARIFÁRIA real for inferior em 5% (cinco por cento) à RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO para a CONCESSÃO PATROCINADA, constante do Anexo VI – ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA

7.4.1. Se a variação for a menor, a parcela correspondente entre a diferença da receita real auferida e o valor correspondente à 95% (noventa e cinco por cento) da RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO, será devida à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE e será paga como parte da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

7.5. Os pagamentos realizados pela CONCESSIONÁRIA ou PELO PODER CONCEDENTE, em virtude do compartilhamento das RECEITAS TARIFÁRIAS serão pagos integralmente após a contabilização.
